

O VÍNCULO DAS ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS EXTERNAS COM POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NACIONAL (Pisa)

Carmem Lucia Albrecht da Silveira – Universidade de Passo Fundo (UPF)

E-mail: carmem.albrecht@hotmail.com

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani - Universidade de Passo Fundo (UPF).

E-mail: rosimaresquinsani@upf.br

Sandra Maria Zardo-Morescho - Universidade de Passo Fundo (UPF).

E-mail: sandramariazm@gmail.com

Este resumo tem o objetivo de apresentar o resultado parcial de uma pesquisa de doutorado, na qual foi estudado o protagonismo dos organismos internacionais na gestão educacional brasileira, diante do mecanismo das avaliações em larga escala do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Transcorreu motivada por responder a seguinte questão: Quais são as ações que evidenciam o protagonismo dos organismos internacionais na gestão educacional brasileira, norteado pelos resultados das edições do Pisa e divulgado através dos meios midiáticos? Os procedimentos metodológicos se estabeleceram pela análise documental dos relatórios nacionais do Pisa e de gêneros textuais jornalísticos que representaram o objeto de estudo e delimitaram as categorias conceituais.

A “avaliação em larga escala no Brasil se desenvolve num quadro panorâmico mundial de disseminação de tais mecanismos, uma contaminação propiciada por organismos e projetos internacionais” (WERLE, 2010, p. 26). O Pisa ganhou uma relevância destacada para a definição da política de avaliação da educação brasileira durante os diferentes governos do Brasil. Deste modo, a “metodologia do Ideb foi desenvolvida tendo como referência o Pisa, [...] além da sua inscrição como referência para a qualidade almejada na educação estabelecida pela Lei n. 13.005/2014 que aprovou o PNE” (OLIVEIRA, 2020, p. 94). Foi incorporado na política do último Plano Nacional de Educação (PNE/2014) brasileiro, mediado por atores, ideias, teorias, tecnologias e princípios culturais que dinamizam os espaços educacionais do Brasil.

A pesquisa localizou 57 ações da gestão educacional nacional que se distribuem entre a década de 1990 e o ano de 2001 tendo uma maior expressividade para a década de 2010 a 2019. São reconhecidas pelo Saeb, Ideb, Prova Brasil, ANA, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Parâmetros Curriculares Nacionais, Programas, Fundos de

Financiamento, Cursos, Censo Escolar, PNEs, BNCC, entre outras providências. A localização destas ações da gestão educacional tem origem nos documentos jornalísticos, das quais, 13 delas estão presentes nos relatórios nacionais do Pisa. As ações identificadas encontram-se relacionadas no Quadro das Ações da Gestão Educacional Nacional¹, assim distribuídas:

- Década de 1990 a 1999- 13 ações (duas em 1990, uma em 1995, duas em 1996, três em 1997, três em 1998 e duas em 1999) entre as quais 8 também são mencionadas nos relatórios nacionais do Pisa;

- Década de 2000 a 2009- 19 ações (duas em 2001, três em 2004, cinco em 2005, três em 2006, quatro em 2007 e duas em 2008) entre as quais 5 também são mencionadas nos relatórios nacionais do Pisa;

- Década de 2010 a 2019- 23 ações (duas em 2010, uma em 2011, cinco em 2013, uma em 2014, uma em 2016, cinco em 2017, quatro em 2018, quatro em 2019) em que não foram localizadas ações da gestão educacional nos relatórios nacionais do Pisa;

- No ano de 2020 uma ação e em 2021 uma ação sendo que não foram localizadas ações da gestão educacional nos relatórios nacionais do Pisa.

Através dos documentos analisados na categoria da pesquisa que trata sobre o desempenho e a qualidade da educação brasileira no Pisa foi possível evidenciar a importância do marco legal da LDB (Lei 9394/96) que permitiu a introdução da avaliação como uma ferramenta estratégica em orientar as políticas públicas de educação. A adesão do Brasil ao Pisa ocorreu dentro deste contexto, com o propósito de gerar dados de qualidade, examiná-los com competência e tirar as lições e implicações de políticas procedentes. A OCDE conta com a parceria do Brasil, desde 1996, por iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso e que vem se ampliando ao longo das últimas décadas.

Ao divulgar os resultados do Pisa 2009 o ministro Fernando Haddad indicou como consideráveis os resultados da edição do Pisa 2009. O crescimento foi reflexo direto do investimento feito na educação brasileira, do maior foco na aprendizagem das crianças e da definição de metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por escolas. O Ideb foi reconhecido pelo relatório do Pisa como uma condição

¹ Biblioteca Digital da Universidade de Passo Fundo (UPF): <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2224>.

para o êxito do Brasil no avanço das proficiências de leitura, matemática e ciência. A OCDE credita melhora do Brasil a recursos e a avaliação e informa que educadores do país citam o Ideb como peça-chave na melhoria de resultados, valorizando o fato de o Brasil realizar provas de leitura, matemática e ciências.

O êxito do Brasil no Pisa 2012, conforme a OCDE, foi consequência do ambiente adequado para a aprendizagem e da inclusão de mais de 420 mil estudantes com a idade em torno de 15 anos. Para o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, se conseguiu “aumentar a cobertura de matrículas, reduzir a repetência e avançar na aprendizagem, em especial na matemática” (MEC, 2013, s/p). Destaca iniciativas do governo federal que contribuíram para a evolução dos estudantes brasileiros na avaliação, como: a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), o aumento de repasses para as redes estaduais, com a criação do FUNDEB, o apoio à formação e à valorização do professor e o lançamento do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

O relatório do Pisa 2012 destaca os avanços na inclusão dos alunos: entre o Pisa realizado em 2003 e o de 2012, o número de estudantes de 15 anos matriculados subiu de 65% para 78% e o país adicionou 425.000 estudantes de 15 anos nas últimas séries do ensino fundamental o que demonstra a inclusão de 18% dos alunos. A OCDE indica que muitos dos estudantes que estão agora inclusos no sistema educacional vêm de áreas rurais ou de famílias pobres, então o perfil da população participante na prova entre 2003 e 2012 mudou.

O diretor de Educação da OCDE, Andreas Schleicher destaca que o Brasil tem feito mudanças importantes, como as avaliações nacionais do ensino e a implantação da BNCC, mas que ainda tem o foco na “memorização do conteúdo e muito pouco em entender. Não é só estudar física, química, é preciso pensar como um cientista. Isso tem que ter um investimento grande em professores” (SA, 2019, s/p). O Brasil “precisa investir mais dinheiro em educação e tem que se dedicar a investir melhor estes recursos. E a escolher suas prioridades [...] em que deveria ser os alunos menos privilegiados”. Precisa estabelecer “metas claras, para que os professores entendam o que é uma alta performance e o que se espera deles e que em seguida estimularia o desenvolvimento da capacidade de liderar”. Castro, secretária-executiva do MEC, reitera a contribuição da OCDE e do Pisa pois, “os resultados do Pisa são de grande

importância para ajudar a conduzir reformas de inclusão e melhoria da qualidade do ensino, definir políticas de mais equidade e valorização dos professores” (CARDIM, 2018, s/p).

O resultado da pesquisa torna possível concluir que algumas das ações nacionais expressam o alinhamento com as demandas da OCDE, tais como no Saeb, no PDE 2007, no Ensino Fundamental de 9 anos, nos PCNs, no ENEM, no Ideb, no PNAIC, no PNE 2014 e, mais recentemente, na BNCC 2017. Outras demandas não cumprem as indicações da OCDE, como é o caso da ausência de políticas efetivas para atrair e qualificar novos docentes, do reconhecimento e da valorização da carreira docente, assim como, de priorizar recursos estruturais às escolas das redes públicas de educação nacional que se encontram inseridas em locais e comunidades vulneráveis das regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

CARDIM, Paulo. A OCDE e o Brasil: uma parceria para nosso desenvolvimento. 2018. Disponível em: <<https://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/a-ocde-e-o-brasil-uma-parceria-para-o-nosso-desenvolvimento>>. Acesso em: jan./2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Avaliação internacional constata maior avanço do Brasil em matemática. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35014>>. Acesso em: jan./2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Da promessa de futuro à suspensão do presente – a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

SA, Luísa. Brasil teve ‘evolução impressionante’ nos anos 2000, mas estagnou, diz diretor do ranking mundial da educação. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/08/brasil-teve-evolucao-impressionante-nos-anos-2000-mas-estagnou-diz-diretor-do-ranking-mundial-de-educacao.ghtml>>. Acesso em: jan./2021.

WERLE, Flávia O. C. Avaliação em larga escala – foco na escola. Brasília: Liber Livro, 2010.